



## Índice

- 01 Após uma semana da mobilização indígenas no RS o que se pode deduzir?
- 02 Índios ocupam prédio da Funai no interior do Acre
- 03 Indígenas sofrem atentado em carro da Sesai que transportava mulher em trabalho de parto
- 04 Comunidade Apyka'i, do povo Guarani-Kaiowá, é ameaçada por ordem de despejo
- 05 Documento Final do Encontro de Professores Indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina
- 06 Índios e estudantes receberão quatro mil ingressos para assistir a jogos da Copa em Salvador
- 07 Agricultores morrem em confronto com indígenas: "Descaso do governo é vergonhoso"
- 08 Indígenas dos Estados Unidos cicatrizam estragos de integração forçada
- 09 Povos indígenas do Acre são imunizados contra doenças
- 10 Lideranças indígenas participam do congresso do povo
- 11 Uma princesa de cabelo black power luta contra o racismo
- 12 Terra aprisionada: quilombolas proibidos de plantar fazem Ato em São Roque, no Sul de SC



- 13 Setec estuda alternativas para combater assoreamento
- 14 Seminário internacional no MA debate impactos dos projetos de mineração
- 15 Comunidade sofre ameaça de expulsão do seu território tradicional na Bahia
- 16 MPF/MS questiona licenciamento ambiental que autoriza expansão da MCR-Vale em Corumbá
- 17 As comunidades quilombolas e o esvaziamento da vida pública
- 18 PE – Comissão de Pescadores tradicionais e entidades vão à Brasília cobrar a criação da RESEX Sirinhaém
- 19 Quilombolas e Marinha voltam a discutir impasse sobre área
- 20 Exposição no Recife revela cotidiano da tribo indígena isolada 'Zo'é'
- 21 Ação emergencial atende comunidade do São Lourenço
- 22 Justiça Federal garante a comunidades ribeirinhas acesso ao Programa Luz para Todos
- 23 Roraima tem mais de cinco mil índios sem registro de nascimento
- 24 Pronatec destina mais de 300 vagas para índios
- 25 TJ concede liminar a envolvido na morte de índio que tenta vaga na polícia
- 26 Imóveis rurais terão cadastramento obrigatório
- 27 Disputa de terras insufla discriminação de indígenas no RS
- 28 Indígenas Munduruku divulgam novo comunicado sobre displicência do governo
- 29 Povos indígenas reunidos em Cruzeiro do Sul dizem não à exploração de petróleo no



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

---

Juruá

**30**    Em memória de Iza Quadros



---

**Após uma semana da mobilização indígenas no RS o que se pode deduzir?**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

**ARPIN SUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul**

Não é de hoje que as disputas territoriais no Brasil é um alarmante conhecido por diversos órgãos governamentais e federais. Contudo, embora haja este conhecimento, tanto dos órgãos quanto dos indivíduos envolvidos a este fato, nada foi planejado para evitar possíveis confrontos.

Esta afirmativa pode ser constatada diante do fato ocorrido exatamente há uma semana (28), em Faxinalzinho (RS), no norte do Estado do Rio Grande do Sul, onde, durante uma manifestação indígena, contra a lentidão da demarcação de terras, paralelamente a todo ato pacífico, foram assassinados dois agricultores desta cidade.

Se por um lado a imprensa gaúcha incline as suas publicações sobre o ocorrido, ao dar brecha a interpretação do leitor, de que, o assassinato dos agricultores esteja diretamente ligado à manifestação indígena, por outro, há um ano, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI divulgou um levantamento onde anuncia que dos 96 territórios nacionais classificados como, em situação de risco ou, sujeito a conflito diretamente relacionado à disputa agrária, 17 destes territórios estão localizados em solo gaúcho.

Contudo, a necessidade desta demarcação territorial não é um fato canalizado apenas na região sul, mas em todo o Brasil. Apesar da mídia gaúcha alinhar ambas as situações a uma ideia de trama, onde quem for o culpado irá arcar com as penalidades, vale ressaltar que a grande questão entorno de todo este alarme é há necessidade urgente para a criação de ações governamentais que solucionem o impasse entre indígenas, agricultores e demais povos originários, os quais também dividem a aflição sobre esta insegurança já famigerada.

Existe um único responsável?

Em outras regiões do RS, como, Vicente Dutra, Sananduva e Mato Castelhano também existem conflitos territoriais entre indígenas e agricultores. Portanto, se desde o ano passado o próprio governo do RS, tem conhecimento sobre estes fatos, como já divulgado em imprensa regional e nacional, e ainda assim, um ano depois da divulgação dos dados do CIMI e das diversas manifestações, tanto das comunidades indígenas e agrícolas, caberia a quem arcar com as respostas sobre os diversos questionamentos levantados nas redes sociais e imprensa?

“Existe um radicalismo imenso nesse processo. A posição do Ministério da Justiça não é de omissão, ela é de ação, na busca pela conciliação, pela paz. Agora, tem lideranças políticas que por razões eleitorais ou por outros motivos não querem dialogar”, disse o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a situação ocorrida nesta segunda no RS.

CONT.



Em 18 de novembro de 2013, o próprio ministro, em visita ao RS para mediar os conflitos agrários em Sananduva (listado acima), ressaltou que existe “uma orientação da presidente Dilma Rousseff para montar um programa de verbas que permitam equacionar esse conflito em cada área. Vamos dialogar área por área e respeitar o direito de todos os envolvidos. Podemos ter indenizações, aquisições de recursos, várias formas de composição a serem negociadas”. Algumas semanas antes, em outubro, o ministro defendeu a ideia de uma portaria onde se modificaria as regras de demarcação e ainda outros órgãos, como entidades rurais, tivessem o direito de participar das decisões.

#### Mais (des)encontros

Vale ressaltar, porém, que no dia 05 de outubro deste ano, toda a nação elege seu próximo representante. Contudo, destes desencontros do Governo Federal e Ministério da Justiça, sete meses se passaram desde a visita de José Eduardo Cardozo ao RS e até agora nada foi feito.

Nesse disse-me-disse, ainda em 2013, outro, dos tantos ditos sobre a questão demarcatória, foi a paralisação dos processos nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul a pedido da Casa Civil ao Ministério da Justiça, baseado em um estudo da Embrapa com início na década de 1980, que aparentemente não existe, ou pelo menos, até o fechamento desta matéria não foi divulgado.

Anterior a este desalinho, ainda há a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, a qual transfere do Poder Executivo ao Congresso Nacional a demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas e áreas de conservação ambiental. Embora sendo notoriamente inconstitucional, ainda existem forças ministeriais aliadas às bancadas que buscam formas de articular essa aprovação, onde possivelmente inserem as comunidades indígenas e quilombolas do Brasil, e consequentemente as famílias de agricultores a uma situação (inconcebível ao que já se vivencia) de pior vulnerabilidade.

Neste sábado, durante a abertura da 80ª ExpoZebu, em Uberaba, organizada pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), já tendo sua pré-candidatura garantida pelo partido, a presidente Dilma foi vaiada brevemente por grupos ao ser chamada para receber a medalha comemorativa dos 80 anos da feira. Ainda no primeiro dia de evento, o ministro da Agricultura, Neri Geller (PMDB), afirmou sua predileção a favor da PEC 215.

Neri Geller foi o mesmo que projetou, em 2011 o decreto do qual sustava o processo da FUNAI em demarcar a terra indígena Apiaká do Pontal e Isolados em Mato Grosso. Embora gaúcho, da cidade de Selbach e também agricultor, Geller, não se pronunciou sobre o ocorrido na segunda-feira (28) em Faxinalzinho, pouco mais de 200 Km, da cidade natural do atual ministro.

ASCOM ARPIN SUL – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul



## **Índios ocupam prédio da Funai no interior do Acre**

SÍTIO G1, 05.05.2014

*Eles exigem pagamento de indenização a posseiros que vivem em reserva.  
Reivindicações serão enviadas à Funai, em Brasília.*

O prédio da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Cruzeiro do Sul (AC) foi ocupado na manhã desta segunda-feira (5) por 32 índios representantes do povo Apolima-Arara. Os indígenas exigem da Funai o pagamento de indenização para posseiros e moradores tradicionais que ainda ocupam a área já demarcada como terra indígena.

A área está localizada no Rio Amônia, município de Marechal Thaumaturgo (AC), próximo à fronteira com o Peru. A demarcação ocupou parte da Reserva Extrativista do Alto Juruá (Resex) onde vivem famílias tradicionais e outra área de um projeto de assentamento do Incra.

Segundo o cacique Francisco Siqueira Arara, o prédio da Funai só será desocupado quando houver uma resposta concreta para resolver o impasse.

"A gente vem lutando há 17 anos por esse processo de marcação das nossas terras, agora elas já estão demarcadas, mas ainda não houve a homologação porque essas famílias não foram indenizadas e reassentadas. Já fizemos acordos em juízo com as instituições sobre essa problemática numa reunião que tivemos em Rio Branco e mesmo assim, não está sendo cumprido", ressalta o líder indígena.

O representante da Funai na Região do Vale do Juruá, Luiz Nukini, explica que o órgão já indenizou ocupantes do projeto de assentamento, com exceção de alguns que não apresentaram os documentos exigidos. "Com relação aos ocupantes da área da Resex isso tem que ser discutido com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) porque não se trata apenas de posseiros, eles fazem parte de uma das primeiras Resex a serem criadas no Brasil", explica.

Segundo Luiz Nukini, as reivindicações dos indígenas foram redigidas e enviadas para a direção da Funai em Brasília. "Nós temos aqui no grupo de indígenas a presença de crianças e isso preocupa em um processo de reivindicação, temos que ter uma atenção redobrada e aguardar uma resposta", conclui.

**Indígenas sofrem atentado em carro da Sesai que transportava mulher em trabalho de parto**

SÍTIO CIMI, 05.05.2014



Um veículo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que transportava uma indígena em trabalho de parto foi alvejado com cerca de 20 tiros na madrugada de sábado (3). A indígena pataxó seria levada da aldeia Boca da Mata até o Hospital Regional de Itamaraju, sul da Bahia.

No carro estavam a gestante, o motorista e uma acompanhante. Quando o veículo se aproximou da rodovia BR-101 foi surpreendido por um grupo de cinco pistoleiros que efetuaram os disparos. No momento dos tiros os indígenas conseguiram fugir mata adentro. O motorista chegou a ser atingido nos olhos pelos estilhaços do para-brisa do veículo, mas passa bem. As duas mulheres não foram atingidas pelos tiros, mas sofreram ferimentos durante a fuga.

“Alguma coisa precisa ser feita para parar a intimidação desses bandidos. Estão sempre por aqui, rondando com armas pesadas, atirando e ameaçando a gente. Índio não pode nem sair de casa depois das 5 da tarde. Em nome da comunidade pedimos para a polícia tomar providências urgentes. Não queremos essa violência com nosso povo Pataxó”, disse Jurandir, liderança da comunidade.

A Polícia Federal investiga o atentado.



---

**Comunidade Apyka'i, do povo Guarani-Kaiowá, é ameaçada por ordem de despejo**  
SÍTIO CIMI, 05.05.2014

As cerca de seis famílias Guarani-Kaiowá do Tekohá Apyka'i, que vivem em um pequeno pedaço de sua terra tradicional, retomado em setembro de 2013, podem ser despejadas do local. O trecho retomado, no qual a comunidade reside desde então, fica a poucos metros da BR-463 e a aproximadamente sete quilômetros do município de Dourados, no Mato Grosso do Sul.

As famílias de Apyka'i vivem uma inaceitável situação de abandono por parte do poder público, o que gera um clima de insegurança e de medo. Ocupam uma pequena parcela de terra próxima a uma mata de reserva legal, onde plantam abóbora, milho, feijão e aipim. A área faz parte do território denominado Dourados Peguá. A comunidade luta de maneira incansável pela demarcação de suas terras. A Funai, no entanto, suspendeu os trabalhos do grupo técnico criado para proceder aos estudos de identificação e delimitação da área. A comunidade reivindica que o órgão indigenista retome os trabalhos para que se tenha uma definição acerca da ocupação indígena.

Liderados por Damiana – que já teve o marido, dois filhos, netos e sobrinhos mortos por atropelamentos – os Guarani-Kaiowá do Apyka'i resistem às ameaças e ao risco de despejo e pedem o apoio de todos os segmentos da sociedade. Em havendo o despejo, a comunidade será submetida à precariedade da vida na beira da estrada e as famílias terão, uma vez mais, seus direitos fundamentais agredidos.

Um relatório do MPF-MS sobre a situação da comunidade de Apyka'i, publicado em 2009, afirmou que "crianças, jovens, adultos e velhos se encontram submetidos a condições degradantes e que ferem a dignidade da pessoa humana. A situação por eles vivenciada é análoga à de um campo de refugiados. É como se fossem estrangeiros no seu próprio país".

A comunidade, por diversas vezes, denunciou as agressões que sofrem, no entanto o governo federal mantém-se omissivo. "As autoridades tem que saber o que está acontecendo aqui. Nós precisamos de proteção para não acontecer coisa ruim de novo. A comunidade tem que ficar protegida aqui no tekoha [território tradicional]. Nós estamos aqui rezando pela nossa proteção. Nós não vamos sair".



---

**Documento Final do Encontro de Professores Indígenas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina**

SÍTIO CIMI, 05.05.2014

Nós, professores indígenas dos povos Kaingang, Guarani Mbya e Xokleng, participantes do "Encontro dos educadores indígenas", realizado nos dias 03 e 04 de maio de 2014 em Chapecó, SC, representando 14 terras indígenas e mais de 20 aldeias dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, denunciemos: a situação de nossas escolas e da educação escolar indígena; a falta de autonomia dos povos indígenas com a gestão de suas escolas; a distância das coordenadorias dos estados com a educação escolar.

A falta de formação continuada para nossos professores e o não cumprimento das responsabilidades e atribuições do estado e das esferas municipais para com a educação indígena, impedem nossos povos de ter acesso a uma educação diferenciada baseada em nossos costumes, tradições e especificidade de cada povo, ferindo assim nossos direitos conquistados em luta e a própria Constituição Federal de 1988, Convenções internacionais como a 169 da OIT e demais legislação indigenista.

Frente a isto, nossos professores estão se organizando através de uma articulação e formação de uma comissão indígena composta por representantes dos estados e desde já exigimos dos órgãos responsáveis o cumprimento emergencial e imediato das demandas abaixo listadas, e que estes órgãos garantam nosso direito a uma educação baseada na especificidade de cada um dos povos que assinam este documento:

- Que seja garantida a formação continuada para professores indígenas.
- Que seja garantida a participação indígena na gestão das escolas, inclusive em cargos de direção e coordenações, para isso, que sejam garantidos concursos ou mecanismos que garantam essa participação.
- Criação de concurso público para efetivação de professores indígenas. Que seja garantida a participação dos povos indígenas na elaboração do mesmo.
- Junto ao MEC aprofundar a discussão a respeito do "Programa Nacional dos Territórios Étnico-Educacionais".
- Que seja criado e garantido um sistema educacional próprio para os povos indígenas.
- Criação de espaços internos dentro das coordenadorias/gerências onde os indígenas possam discutir e deliberar de forma direta suas políticas e ações para a educação aproximando assim os setores pedagógicos e de relações humanas das demandas das comunidades.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

---

Anunciamos como representantes dos povos Kaingang, Guarani Mbya e Xokleng que compõe esta Comissão entre indígenas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

Povo Kaingang: Ari Neres, Vanisse Domingos, Jocemar Kovenh Garcia, Valmor Venhbra, Pedro Alves de Assis.

Povo Guarani Mbya: Eunice Antunes, Adão Antunes, Carlos da Silva, Cecília Barbosa, Marcos Moreira.

Povo Xokleng: Aristides Kriri, Josiane de Lima, Copacãm Tschucambang, Woie Kriri Sobrinho Patte, Vouge Camlem.

Sem mais, assinam os professores

Chapecó – SC, 04 de maio de 2014.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

---

**Índios e estudantes receberão quatro mil ingressos para assistir a jogos da Copa em Salvador**

SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 05.05.2014

O governo federal distribuirá 50 mil ingressos dos jogos da Copa do Mundo para alunos de escolas públicas das cidades-sede e para a população indígena. A capital baiana receberá 4.008 convites gratuitos. Os bilhetes foram doados pela Federação Internacional de Futebol (Fifa) para beneficiar estudantes de unidades participantes do Programa Mais Educação e comunidades vinculadas à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Comitê Intertribal.

Até o dia 18, os diretores das unidades de ensino precisam confirmar o interesse no sorteio para o Ministério da Educação. A lista com o nome de todos os alunos sorteados e dos respectivos jogos será divulgada no dia 6 de junho, seis dias antes do início do Mundial. A partida com maior número de tíquetes disponíveis para sorteio entre estudantes é entre Rússia e Coreia do Sul, que acontece em Cuiabá, no dia 17 de junho, com 4.202 entradas.



---

**Agricultores morrem em confronto com indígenas: "Descaso do governo é vergonhoso"**

SÍTIO PREFEITURA DE ANGRA, 18.11.2013

Os agricultores Anderson de Souza e Alcemar de Souza foram mortos na segunda-feira (28.04) em confronto com indígenas no município de Faxinalzinho, no extremo norte do Rio Grande do Sul. Cerca de 200 indígenas estão acampados há 11 anos em uma área invadida, e há informações de que estão armados.

O prefeito da cidade, Celso Pelin, acusa o governo federal de negligência com disputa de terras. "O descaso é vergonhoso. Quando tudo aconteceu, pedimos reforço da Brigada Militar porque sabíamos que o clima esquentaria. Pedimos providência à Promotoria Pública, mas infelizmente não deu tempo. Tudo tem que ser feito por etapas e somente a Polícia Federal pode agir nas questões indígenas", disse ele em entrevista à Rádio Guaíba.

Segundo ele, o município conseguiu na Justiça uma ação de despejo contra os indígenas há pelo menos oito anos, mas até agora nada aconteceu. "A burocracia é muito grande. A gente até já sabia que eles estavam armados e por isso alertamos todas as autoridades. Ontem, com muito esforço, eles permitiram a passagem de uma ambulância para auxiliar a família dos agricultores. Eu tenho os documentos e os boletins que fizemos", reclamou.

O prefeito de Faxinalzinho conta que os indígenas derrubaram árvores em todas as estradas vicinais do município para bloquear o trânsito de agricultores na região. "Alguns trabalhadores nem receberam a ração destinada aos suínos", revelou.

A avaliação de omissão do governo federal é corroborada pelo representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetraf-Sul) na região Norte do Estado, Sidimar Luiz Lavandoski. "Queríamos estar errados, mas alertamos os governos há anos que isso poderia acontecer. O risco de conflitos cada vez mais violentos devido à disputa agrária é muito grande", lamenta.

Agrolink

Autor: Leonardo Gottems



## **Indígenas dos Estados Unidos cicatrizam estragos de integração forçada**

SÍTIO AMAPÁ DIGITAL, 18.11.2013

Portland, Estados Unidos, 6/5/2014 – Em sua infância Russell Jim, agora com 78 anos e ancião da tribo yakama, foi colocado à força em um internato do Estado de Washington e apanhou muito por falar seu idioma. Quando voltou para casa ao fim do ano escolar, sua tia se comprometeu a protegê-lo, mesmo que isso significasse “me levar aos morros”, contou à IPS. Seu pai o levou à escola local, integrada totalmente por pessoas brancas, e ameaçou com um processo se não matriculassem seu filho.

Jim conservou seu idioma, mas é muito consciente da forma como as comunidades originárias dos Estados Unidos foram desmembradas pelo deslocamento, devido à política oficial de impor a integração dos indígenas ao resto da sociedade. “Quando peço às pessoas que pertencem a uma tribo que definam a pobreza, em geral a indicam como ‘carecer de uma cultura’. Não a definem pelo dinheiro”, afirmou Janeen Comenote, diretora da Coalizão Nacional Urbana de Famílias Indígenas (NUIFC).

indigenas2 Indígenas dos Estados Unidos cicatrizam estragos de integração forçada

O ancião do povo yakama, Russell Jim. Foto: Jason E. Kaplan/IPS

É uma distinção importante, em um grupo demográfico com uma das maiores taxas de desigualdade nos Estados Unidos, assegurou Comenote à IPS. A sensação é que isso muda quando as pessoas abandonam as reservas indígenas. “A disparidade é a disparidade e as duas partes a enfrentam”, acrescentou com relação às populações tribais urbanas e rurais.

Um informe da NUIFC mostra que 20% dos indígenas urbanos vivem na pobreza econômica. Além disso, em comparação com a população geral, sofrem uma taxa 38% mais alta de morte acidental, 54% mais de casque o resto da população.

Matt Morton, diretor-executivo do Centro de Jovens e Famílias Indígenas dos Estados Unidos (Naya) na cidade de Portland, capital do Oregon, disse à IPS que mais de 20% das crianças indígenas vivem em lares substitutos no condado de Multnomah. “Nossas famílias experimentam taxas de substituição (parental) muito mais altas do que as famílias brancas em situações semelhantes. Sabemos que isso se deve aos preconceitos e às expectativas de como devem agir os indígenas norte-americanos quando vivem em condições severas de pobreza”, explicou.

A seu ver, “isto não está mudando” após a aprovação, em 1978, da lei de Bem-Estar da Criança Indígena. Antes de entrar em vigor, a taxa chegava a 25%. Como vivem os povos indígenas na pobreza? Segundo a NUIFC, a população tribal tem 1,8 vez mais probabilidade do que a população geral de viver sem saneamento, duas vezes mais de não ter fogão, três vezes mais de carecer de telefone e três vezes mais de viver na rua.

CONT.



Nas reservas indígenas, as famílias chegam a ser grandes e estendidas. A pescadora yakama Carolina Looney Hunt, de 54 anos, disse à IPS que sua mãe adotava meninos e meninas de maneira informal, embora já tivesse 11 filhos. "Minha mãe dizia para ter cuidado com o Homem Branco. Qual?, eu perguntava. E ela respondia: o DSHS (Departamento de Serviços Sociais e Sanitários), ele rouba seus filhos", contou.

Os jovens "tentavam voltar para suas famílias ao completarem 18 anos. Mas depois de estarem afastados de sua cultura, vendo como vivíamos, não queriam ficar. Nossa cultura não trata de coisas materiais, mas da família", explicou Looney. Atualmente a lei estabelece que as crianças indígenas que vivem em lares substitutos devem ser mantidas dentro de sua comunidade, mas às vezes isso não acontece porque não estão inscritos na tribo.

As famílias que sofrem alcoolismo em certas ocasiões se esquecem de inscrever seus filhos. "Me disseram que as crianças que não estão inscritas são registradas como se fossem brancas", afirmou Looney, que teve de interceder quando sua neta foi colocada em um lar substituto fora de sua comunidade.

Jim afirmou que o álcool fez estragos entre os yakamas, mas também afetou a saúde da tribo a perda de seus locais de caça tradicionais e de reunião pela construção de represas hidrelétricas e da central nuclear de Hanford, no Estado de Washington. "Não estamos adaptados geneticamente aos alimentos ou ao álcool dos colonos", afirmou. Ele pensa que por isso o diabetes e o alcoolismo afetam seus habitantes.

Enquanto membros da reserva como Jim e Looney trabalham para preservar suas tradicionais culturas, organizações tribais urbanas como o Naya se concentram na reimplantação de sistemas de valores culturais. Morton acredita que a recuperação da dieta tradicional será um "ponto de inflexão" para as comunidades indígenas do noroeste da costa do Pacífico dos Estados Unidos, tanto urbanas quanto rurais. Além disso, a organização pretende restaurar terras cedidas à força aos colonos europeus no norte de Portland.

A última pessoa indígena foi retirada em 1906 da aldeia de pescadores de Neerchokikoo, que se transformou em uma zona industrial. O centro Naya, localizado na área, trabalha com a organização Verde para converter um antigo lixão em um parque do bairro Cully Park. "O que fazemos é criar áreas habitáveis e recuperar conexões culturais por meio da restauração de espaços naturais, da reintrodução de plantas autóctones e da criação de áreas abertas para que nossa comunidade possa se reunir", disse Morton.

indigenas3 Indígenas dos Estados Unidos cicatrizam estragos de integração forçada

Integrantes da comunidade Naya em Portland, Estado do Oregon. Foto: Cortesia do Naya Family Centre

O Naya utiliza o "modelo da cosmovisão relacional", criado pela Associação de Bem-Estar Infantil Indígena (Nicwa). A cosmovisão linear eurocêntrica tem sua "raiz na lógica que diz que a causa vem primeiro que o efeito", diz o site da Nicwa. Pelo contrário, "a visão do mundo relacional vê a vida como uma relação harmoniosa onde a saúde é conseguida ao se manter o equilíbrio entre os diversos fatores que se inter-relacionam com o círculo da vida", acrescenta.

CONT.



“Constatou-se uma diferença entre as instituições eurocêntricas e as tribais. As eurocêntricas perguntam se você tem dinheiro suficiente, enquanto as tribais perguntam se a criança tem uma cultura. E também como se ajudam uns aos outros”, destacou Comenote. No período de reassentamento federal das décadas de 1950 e 1960, muitos moradores tribais foram expulsos de suas reservas e forçados a mudar para as cidades, o que gerou uma diáspora de indígenas norte-americanos. “Havia muitos lugares de reassentamento em todo o país e Portland foi mais um”, explicou Morton.

O movimento indígena lutou nas décadas de 1960 e 1970 para reverter essa política, mas muitas tribos perderam o reconhecimento federal e o Estado soberano, segundo a NUIFC. Indígenas reassentados também se casaram com outros grupos étnicos depois de sua expulsão. Além disso, os moradores tribais também se trasladaram para as cidades em busca de oportunidades que não existiam nas reservas.

As organizações tribais urbanas funcionam como “embaixadas tribais múltiplas”, segundo Comenote. Os membros do Naya provêm de 380 tribos diferentes. Portland tem uma nova população indígena urbana dos Estados Unidos. “O Naya está criando uma comunidade intergeracional que se chamará Gerações, em sociedade com o município de Portland e o sistema de escolas públicas local”, explicou à IPS o diretor de desenvolvimento estratégico e comunicações da organização, Oscar Arana.

O projeto construirá moradias econômicas para as famílias que desejarem ser lares substitutos e para os anciãos que quiserem formar parte da comunidade e oferecer seu tempo de maneira voluntária para apoiar seus integrantes. “Há muitos resultados positivos quando três gerações se unem para se apoiarem, como na melhoria da saúde, da educação e no sentido de ter propósito e significado. O projeto obteve o apoio entusiasta do governador John Kitzhaber”, afirmou Arana.

Apenas 40% dos jovens indígenas terminam o ensino secundário em Portland. “Primeiro vamos assegurar a segurança das crianças, então poderemos ajudar os pais a conseguirem moradias e apoiá-los com a educação”, destacou Morton. Envolverde/IPS (IPS)



---

**Povos indígenas do Acre são imunizados contra doenças**

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 06.05.2014

*Estimativa é que mais 10 mil indígenas sejam imunizados no Estado. Campanha acontece até o dia 29 de maio*

RIO BRANCO - Mais de 1,7 mil doses de vacinas contra doenças como hepatite B, paralisia infantil, tétano, gripe, são disponibilizadas para os povos indígenas Apurinã, Jamamadi, Jaminawa, Kaxarari, Kaxinawa, Kulina e Machineri. A campanha de vacinação acontece até o dia 29 de maio no Acre. No Estado, o Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Purus (DSEI ARP), que abrange o Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia é o responsável pela ação.

As crianças, mulheres e idosos em aldeias de difícil acesso são o público-alvo da campanha de imunização de pelo menos quatro doenças. De acordo com a coordenadora do DSEI-ARP, Jeisa Lopes, ao todo 56 aldeias, de 126 da região, dos sete municípios que abrangem o Distrito foram contempladas com ação de imunização.

#### Processo de imunização

No Acre, a operação será realizada através das Equipes Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) que fazem parte do Programa de Saúde da Família Indígena (PSFI) que se deslocarão durante todo o período da campanha para garantir a prevenção dos indígenas.

A ação faz parte da mobilização nacional que garante o benefício da vacina em todas as aldeias do país, e é promovida pelo Ministério da Saúde. Um total de 34 Distritos Especiais Indígenas (DSEIs) cuidam para que as doses sejam distribuídas em suas respectivas regiões.

Para garantir que todas as porções sejam devidamente recebidas, a Sesai conta com o engajamento de 3,7 mil agentes indígenas de saúde e saneamento, tudo para suprir a necessidade de prevenção nas comunidades. 249 mil doses serão oferecidas durante a campanha. A meta é atingir 180 mil pessoas de 305 etnias em 1.144 aldeias em todo o Brasil.

A ação preventiva teve início em 2005 e faz parte do calendário da Semana de Vacinação nas Américas, liderada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).



---

**Lideranças indígenas participam do congresso do povo**

SÍTIO AMAPÁ DIGITAL, 06.05.2014

O 2º Encontro do Congresso do Povo, realizado na Subprefeitura da Zona Norte, que encerrou neste domingo, 4, teve a grata participação das lideranças das terras indígenas do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque, fortalecendo a representatividade no encontro de delegados.

A presença de diversas etnias, entre as quais Tiryíó, Apalai, Kaxiuyana e Akurió, compuseram uma delegação de mais de sessenta indígenas que discutiram seus interesses nos quatro eixos temáticos do Congresso.

Reconhecer a importância dos povos indígenas para assim, conservar e preservar o insubstituível patrimônio cultural que essas populações proporcionam a todas as gerações é um desafio na gestão do prefeito Clécio Luís, em se tratando da necessidade de evidenciar ações conjuntas com outras instâncias governamentais, na busca de políticas públicas que atendam aos anseios desses povos.

Uma dessas ações, importante instrumento de reivindicação, foi a aprovação no Regimento Interno do Congresso do Povo, em seu artigo 4º, que dedicou onze setoriais à política indigenista. Regiane Cunha (Sema) coordenadora do setorial das populações indígenas salientou que, desde o ano passado, a Prefeitura de Macapá aguardava a concordância com as lideranças indígenas para que elas também participassem do congresso. “Já havia uma necessidade dessas lideranças virem a nós pelo fato de existir um setorial específico para elas. Essa participação agora realmente é muito gratificante e, mais do que isso, é legítima, porque fortalece ainda mais a participação popular”, garantiu.

O principal aspecto que envolve a participação dessas lideranças no 2º Congresso do Povo é a busca por uma política inclusiva de atendimento à saúde, educação e alternativas econômicas para a população indígena do Parque do Tumucumaque, em especial aos índios que vêm a Macapá para atendimentos em saúde e para a educação formal, à medida que cresce o número de índios que estão fora de seu espaço natural.

A articulação de ações que propiciem uma melhor qualidade de vida para os povos indígenas do Tumucumaque é pelo que luta Demétrio Amisipa, presidente da ApitiKatxi – Associação dos Povos indígenas Tiryíó, Kaxiuyana, Apalai e TxyKyana. “Luto para resolver os problemas de meu povo e meu povo é um só, de todas as etnias, de todas as aldeias”.

Demétrio dá uma lição ao lembrar-se dos ensinamentos do pai. “Meu pai era cacique e sempre me ensinou a repartir. Nenhum índio se alimenta mais do que precisa para não faltar para outro índio e é por isso que digo que minha luta por transporte, educação e saúde pertence a índios e não índios, porque o nosso chão, o meio ambiente, o ar que respiramos é de todos”.

CONT.



O universo que rodeia o índio transforma-se rapidamente para quem sai da aldeia e vem morar na cidade. Isso acaba produzindo impactos significativos e infelizmente, negativos. Em Macapá, os principais fatores que contribuem para agravar a condição dos índios é a violência. Segundo Demétrio, cerca de 200 índios vivem em Macapá de forma precária, muitos em casas de apoio superlotadas.

“Nosso povo tem dificuldade para transitar na cidade. São atropelados, sofrem com a violência nas ruas e com outro agravante: não há uma política de inclusão educacional que comece nas aldeias e que atenda às necessidades até a faculdade. Eu sou um exemplo; até chegar na faculdade de enfermagem enfrentei problemas de adaptação até mesmo para compreender o que era dito”, lembrou Demétrio.

A política de igualdade com a qual tanto sonha Demétrio e seu povo aproximou o presidente da Associação e o senador Randolph Rodrigues (Psol/Ap). “Essa relação nasceu do interesse em conhecê-lo e nos proporcionou um espaço também dentro da gestão municipal para lutar por nossos direitos. Nossa expectativa é de nos unirmos ainda mais ao prefeito Clécio, que nos acolheu tão carinhosamente para juntos acharmos um caminho”, encerrou.

#### Sobre o Tumucumaque

O Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque é o maior parque nacional do Brasil e o maior também em florestas tropicais. Localizado nos estados do Amapá e Pará numa área de 3,8 milhões ha, maior até que Portugal. É uma unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza e à diversidade biológica inserida na porção da floresta amazônica com características únicas e pouco conhecidas e habitat natural de uma das espécies mais bonitas e raras da natureza, o beija-flor Brilho de Fogo.

O Parque do Tumucumaque abriga também as terras indígenas onde atualmente vive, distribuída em 46 aldeias, uma população estimada em 3.300 índios das etnias Apalai, Oiãpi, Wayana, Tiryó, Kaxuyana, TxyKyana e AKurió.



## **Uma princesa de cabelo black power luta contra o racismo**

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 06.05.2014

"Caro Fausto Silva, nosso cabelo não é vassoura. Não é bombril. Não é ruim nem o secamos numa ventania." Do alto de seu 1,81 m alongados pela cabeleira black power, a promotora de eventos Tati Braga respondeu assim, em seu perfil no Facebook, ao apresentador da Globo.

Diante de reações como essa nas redes sociais, Faustão foi forçado a se explicar sobre seu comentário em relação ao visual "vassoura de bruxa" de Arielle Macedo, dançarina da funkeira Anitta, feito em 20 de abril.

Era o início de uma polêmica que correu em paralelo a outra, também midiática, sobre racismo: o jogador Daniel Alves comendo uma banana em resposta ao gesto ofensivo de um torcedor em partida do Campeonato Espanhol, seguida da controversa campanha #somostodosmacacos.

Nesse meio de campo minado, a jovem de classe média alta e moradora de Higienópolis, bairro nobre de SP, dá uma banana para a chapinha (e todas as formas de alisamentos), ao assumir os fios naturalmente crespos. Um gesto de afirmação de sua identidade negra.

A "brincadeira", como justificou o apresentador em rede nacional, é do mesmo tipo que Tati encara vida afora, em ambientes tão díspares quanto a escola da filha e os salões sofisticados onde circula com o marido, o italiano Diego Tomassini, responsável pela representação brasileira do Ministério do Meio Ambiente da Itália e diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp (Federação das Indústrias de SP).

### **EM PRIMEIRA PESSOA**

A seguir, o relato em primeira pessoa de uma mulher negra de 27 anos, nove deles desfilando pela vida com uma "coroa que lembra cotidianamente suas raízes, tão fortes quanto o orgulho de ser negra":

"Eu costumo dizer que sou da época pré-chapinha. Assumir meu cabelo foi um processo complicadíssimo. Até os 18 anos, fazia todos aqueles alisamentos químicos e passava horas no cabeleireiro esticando os fios na escova.

Desde criança, aprendemos que nosso cabelo é feio. Me falavam: 'Você tem que abaixar, domar a juba'. Sofria bullying, que ainda não tinha esse nome. Na escola era sempre aquela coisa: 'Seu cabelo é ruim'.

Quando me olhava no espelho, via outra pessoa. Como no filme 'Preciosa', no qual a protagonista se imaginava loura, branca e magra. O seu oposto. Eu sonhava em ser Paqueta. Como elas eram todas loiras, queria pintar meu cabelo de amarelo. É a negação do que você é.

CONT.



Passei a cultivar os meus cachos quando descobri pela internet um coletivo do Rio de Janeiro chamado Meninas Black Power. Elas fazem um trabalho de empoderamento com garotas negras e vão às escolas para captar meninas de 10, 11 anos que já começam a alisar, para dizer que elas podem ser lindas com seus fios cacheados.

#### PRINCESA ANGOLANA

Se nós negras não começarmos a nos gostar e achar nosso cabelo lindo, ninguém vai fazer isso.

Eu ensino isso para meus três filhos. Ana tem cinco anos, e o cabelo no meio das costas, todo ondulado. Outra dia, numa festa da escola, falaram pra ela que não havia nenhuma princesa com o cabelo ruim como o dela. Ela chegou em casa dizendo que queria cortar os cachos. Falei que eles eram lindos e quem tem de gostar é ela.

No dia seguinte, Ana foi pra escola novamente com o cabelo solto e, quando falaram de novo, ela respondeu: 'Eu sou uma princesa angolana'. Ela é bem clarinha e tem cabelo meio lourinho, mas se assumiu.

A forma como eu lido com o meu cabelo é um exemplo pra ela. É aquela coisa, vou ao salão fazer a unha e o cabeleireiro vem enlouquecido: 'Tem uma escova divina, que vai te deixar com um cabelo lindo'. Digo: 'Não, obrigada. Gosto assim, quanto mais volume melhor'.

De um outro, ouvi: 'Você viu os cachos comportados da Taís Araújo?' Eu respondo: 'Você quer dizer do aplique dela'. Na época de 'Cobras e Lagartos', a atriz fez uma química para aparecer loura e o cabelo dela caiu. Ela usou turbante quase a novela toda. No final, apareceu com o cabelo curtinho e cacheadinho. Aconteceu o mesmo com Naomi Campbell, que foi ficando careca e hoje usa peruca.

Princesa Black Power



## **Terra aprisionada: quilombolas proibidos de plantar fazem Ato em São Roque, no Sul de SC**

SÍTIO CUT, 06.05.2014

*A Comunidade Quilombola São Roque realizou nos dias 26 e 27 de abril um ato simbólico de ocupação de uma terra que era para ser dela, mas na qual não pode trabalhar*

Escrito por: CUT-SC

Os moradores, que vivem na localidade de Pedra Branca, em Praia Grande, sul de Santa Catarina, roçaram um terreno e semearam hortaliças. Os dois gestos são uma resposta à pressão do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), que assinou Termo de Compromisso com a comunidade, mas voltou atrás no ano passado. Com o impasse, os moradores não podem plantar ali para se alimentar, sob pena de cometer crime ambiental.

Cerca de 36% do território quilombola, já delimitado pelo Incra, está sobreposto ao dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Por isso é preciso regulamentar o uso e o manejo da terra e dos recursos naturais. É isso que as famílias tentam fazer desde a década passada. Já são 18 Termos de Compromisso, um interminável vai-e-vem, e nenhuma resposta concreta para garantir a subsistência das famílias. É um processo de dar esperança para depois tirá-la. Essa dificuldade levou ao outro gesto feito no sábado, o de devolução de sementes ao governo.

Há três anos a comunidade, através de um edital do governo federal, recebeu 200 sacas de sementes de milho e feijão. Mas a validade venceu, porque as famílias foram proibidas de plantar. Os grãos sem aproveitamento, deixados ontem na frente do Posto de Informações e Controle do ICMBio, também simbolizam a resistência às tentativas de expulsar as famílias do lugar.

A situação parecia se resolver no início de 2013, quando a presidência do ICMBio assinou mais um Termo de Compromisso com a comunidade. Mas, em 20 de maio, o presidente do órgão suspendeu o processo e alegou não reconhecer a sua própria assinatura no documento. O fato levou o Ministério Público Federal a abrir uma Ação de Execução (nº 5009890-88.2013.404.7204) contra o ICMBio para fazer valer o documento. Mas o Instituto mantém sua posição e continua a criminalizar os moradores. A expectativa agora é pelo julgamento do caso, que está na subseção da Justiça Federal em Criciúma.

### **Área mínima**

Representantes de quatro comunidades remanescentes de quilombos e lideranças do movimento popular e sindical apoiaram a luta das cerca de 30 famílias que vivem na Pedra Branca, em São Roque. Depois de um almoço comunitário, todos foram até a área pleiteada no Termo de Compromisso descumprido pelo ICMBio, de 41,5 hectares. Isso representa 0,0001% da área total dos dois parques e permitiria o plantio e a garantia de subsistência. Mesmo

CONT.



assim, não podem usá-la.

No Ato feito depois da roça do terreno, os moradores esclareceram que ali, muitos anos atrás, já se plantava para subsistência. A mata com o tempo se regenerou até o chamado estágio médio, e a lei diz que, sendo até esse estágio, as comunidades tradicionais assim reconhecidas podem fazer o manejo. Era isso que o Termo, aceito e agora negado pelo ICMBio, garantia.

Maria de Lourdes Mina, da coordenação estadual do Movimento Negro Unificado (MNU), que desde os anos 2000 atua pelos direitos da comunidade, lembrou que há mais de um século, por sua forma de lidar com a natureza, a comunidade de São Roque é que preserva aquele lugar. Os dois parques só foram criados depois, a partir dos anos 1970. "Essa área que foi definida para uso dos quilombolas no Termo de Compromisso só se regenerou porque a comunidade respeitou a lei, e agora os seus direitos não são reconhecidos", disse Mina.

#### Sem direito de plantar

A comunidade está fazendo um Abaixo-Assinado contra a posição intransigente do ICMBio, por entender que o rigor usado contra os quilombolas não se aplica aos grandes e médios proprietários da região e nem, de forma generalizada, aos de Santa Catarina e do país, caracterizando racismo ambiental. Já foi sugerido que as famílias saiam dos parques, e elas são constantemente acusadas de prejudicar a conservação da Mata Atlântica. Os estudos antropológicos feitos na área e os relatos dos moradores revelam que os quilombolas são alvos de constrangimentos morais, físicos e econômicos. A avaliação de Maria de Lourdes Mina é que nunca houve tantos ataques aos quilombolas como agora, mas também é certo: nunca eles haviam se organizado tanto para defender seus direitos.

No caso de São Roque, a ocupação tem cerca de 180 anos, ligada à economia escravagista na região entre os Campos de Cima da Serra e a planície costeira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No interior, onde estão as escarpas, vales e cânions da Serra Geral, praticava-se a pecuária extensiva, e na planície irrigada pelos rios que descem a serra se faziam, como hoje, os cultivos.

O relatório antropológico feito em 2006 por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em convênio com o Incra, é que caracterizou a identidade, historicidade e territorialidade dos quilombolas com a terra onde vivem. E ela é linda. Uma grande pedra branca se destaca entre os rochões vizinhos, com grandes porções de floresta e paisagens que atraem visitantes o ano todo. Mas os quilombolas enfrentam interesses econômicos e setores do movimento ambientalista, dentro e fora do governo, que querem gerir os parques nacionais e defendem a preservação da natureza sem qualquer presença humana, mesmo que o próprio governo federal tenha garantido a titulação das terras aos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Apesar de estarem ali desde antes da criação dos parques e de terem uma relação ancestral com a terra, eles precisam de auxílio para garantir a subsistência. As cerca de 30 famílias que vivem hoje na localidade têm moradias precárias, algumas sem energia elétrica e com

CONT.



dificuldade de acesso. Recebem multas se plantarem, e até mesmo se deixarem cachorros entrarem no parque. Um morador foi multado em 2 mil reais por esse motivo. Para sobreviver, uma das alternativas é ser diarista em terras alheias.

Marcio da Silva Oliveira, 25 anos, cuja família mora na comunidade, teve que parar de estudar na sétima série e hoje trabalha no plantio de fumo e bananeiras em São João do Sul. "Eu quero plantar feijão, milho, verdura, esse tipo de coisa, mas se tivesse terra só da gente seria bem melhor", diz o jovem.

Genito da Silva, 63 anos, que mora na Praia Grande, para onde se mudou depois que uma enchente na região arrasou a casa de seu falecido pai, atesta: "Aqui é o seguinte: se planta um quilo de feijão, colhe um saco de feijão, 60 quilos. Aipim e batata, nem se fala. A terra é boa. Aqui, trabalhou, tem o que comer, não passa mais fome".

Enquanto aguarda a decisão da Justiça Federal em Criciúma, o povo de São Roque vai lutar, porque não pode mais viver da doação de cestas de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), se tem onde plantar. Vilson Omar da Silva, de 56 anos, em um discurso emocionado, disse que os quilombolas estão impedidos de manter sua forma de vida e sua cultura naquelas terras, mas o território é deles, de muitos anos. E não poder plantar é como estar exilado da terra sob os próprios pés. O Ato deste final de semana mostra que resistir significa nunca mais ter que destruir sementes porque a terra foi aprisionada.



---

**Setec estuda alternativas para combater assoreamento**

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 06.05.2014

A Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (Setec) juntamente com a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) vão estudar alternativas para minimizar os impactos do assoreamento do Rio Araguari na vida da população ribeirinha da região. O anúncio foi feito pelo governador do Amapá, Camilo Capiberibe, ao cumprir extensa agenda no município de Cutias, distante cerca 130 quilômetros de Macapá

Segundo relatou a prefeita Eliane Pimentel, as comunidades ribeirinhas estão sofrendo um fenômeno, no qual uma parte do Rio Araguari está salgada. Informação obtida pelo governador dá conta de que no Arquipélago do Bailique a erosão também está prejudicando diversas localidades. E que esse problema tem origem no assoreamento do Rio do Araguari.

Por esse motivo, o Governo do Amapá em parceria com a mineradora Vale farão um estudo das bacias do Rio Araguari para entender as razões do fenômeno. Paralelo a isso, a Setec e a Caesa seguirão estudando alternativas para que a população ribeirinha volte usufruir da água doce.



---

**Seminário internacional no MA debate impactos dos projetos de mineração**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

Por Reynaldo Costa  
Da Página do MST

Teve início na manhã desta segunda-feira (05/05), em São Luís (MA) no Campus da UFMA, a etapa final do Seminário Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental.

A atividade, que se estende até sexta-feira (09/05) recebe a presença de estudantes, pesquisadores, militantes sociais, povos tradicionais e atingidos por projetos de mineração de 11 países.

O Seminário Carajás teve outros quatro momentos, chamado de etapas regionais, realizadas em Imperatriz, Santa Inês, Marabá e Belém do Pará.

O Seminário é um resultado também do acúmulo de debates e enfrentamentos que discutem a situação de centenas de comunidades atingidas por grandes projetos de desenvolvimentos, a maioria destes ligados a projetos de mineração.

Ao todo 39 organizações sociais participaram do processo que culminou com a realização do Seminário Internacional de São Luís.

Na mesa de abertura, um momento emocionante foi a homenagem feita a Dom Tomás Balduino pelo professor Horácio Antunes. Momento importante já que a plenária aglutina Sem Terra, Indígenas, quilombolas, religiosos e outros povos que tiveram todo o apoio do Bispo falecido na sexta-feira passada (02/05).

Horácio relatou a importância da academia na construção do evento. "O seminário foi pensado a partir da lógica do diálogo dos saberes e tem a pretensão de romper os muros da academia, para que possamos cada vez mais expandir os espaços de difusão do conhecimento".

A Universidade Federal do Maranhão e a Universidade Estadual do Maranhão são parceiras na construção desta etapa final de seminários.

Os cerca de 1100 participantes se distribuíram em 21 mesas redondas simultâneas com temáticas acerca de grandes projetos na Amazônia e sobre os impactos de projetos de mineração nos países presentes no evento, além de outras problemáticas sociais resultantes de projetos de desenvolvimentos.

Jonas Borges do MST reflete que o Seminário não é um processo construído de um ano para o outro. "O Seminário Carajás é um acúmulo dos resultados das resistências de povos contra os

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

---

grandes projetos e de debates que se iniciaram há mais de 30 anos com a chegada do projeto Grande Carajás”.

Ao final de sua fala, o militante do MST batizou o local do evento, o Centro de Convenções da UFMA, como espaço Dom Tomás Balduino durante a semana de atividades do Seminário. A proposta foi aclamada pelos presentes na plenária.

O seminário realizará ainda um Ato Show e manifestações pela capital maranhense. Ao seu final, deve traçar uma agenda de lutas conjuntas e permanentes entre os povos presentes nos debates.



---

**Comunidade sofre ameaça de expulsão do seu território tradicional na Bahia**  
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

Por Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais da Bahia (MPP/Bahia)

No dia 30/04/14, na comunidade remanescente de quilombo D. João, localizada no município de São Francisco do Conde – BA, realizou-se uma reunião comunitária com órgãos do poder público estadual e federal para tratar dos direitos constitucionais da comunidade e da iminente ameaça de expulsão do seu território tradicional por fazendeiros e prepostos da prefeitura. Estiveram presentes representantes do INCRA, da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Promoção da Igualdade do Estado da Bahia.

Na reunião, as lideranças comunitárias denunciaram que estão sofrendo ameaças de expulsão do seu território pesqueiro/quilombola em razão dos interesses dos fazendeiros locais que pretendem se apropriar da área para construir empreendimentos turísticos.

Denunciaram ainda que a prefeitura está se articulando com o fazendeiro Juninho Falcão e construindo “casas de pombos” numa área doada pelo mesmo, no bairro da Baixa Fria, a fim de forçar o deslocamento das famílias para esta área localizada a 4 km da comunidade tradicional. “Esta área fica muito longe para continuar praticando a pesca artesanal, onde vamos tirar o sustento para sobreviver?”. Afirma uma das lideranças.

Indignados/as, os/as moradores/as da comunidade quilombola composta por pescadores/as, extrativistas e membros da religião de matriz africana rejeitam o deslocamento em razão da importância do local para prática das suas atividades tradicionais. Ao recusar e resistir às inúmeras estratégias de cooptação e intimidação, a comunidade vem sendo desrespeitada nos seus direitos e sofrendo violências físicas e psicológicas.

Nos últimos anos, a prefeitura tem construído imagens pejorativas da comunidade com uma clara demonstração de desprezo, criminalização e negação da sua identidade pesqueira/quilombola. Nos processos de pressão impostos, especialmente, por integrantes das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Habitação foram construídos argumentos preconceituosos de que a comunidade tinha que sair do local porque promovia crimes ambientais (destruição de manguezais) e era ponto de prostituição, tráfico de drogas e marginalidade.

Não bastando o processo de estigmatização social e as ameaças de expulsão, geralmente a violência (derrubada de casas) ocorre em datas simbólicas para a comunidade. Há informação de que o secretário de habitação do município, Sr. Rui, está dizendo que quem não aceitar a casa no bairro da Baixa Fria vai ficar sem barraco, pois o trator irá passar por cima nas vésperas do dia das mães (09/05/2014). Além disso, as pessoas estão sendo coagidas a assinar documentos em que se recusam a participar do programa de habitação proposto pela prefeitura.

CONT.



A prefeita Rilza Valentim se nega em dialogar com a comunidade e também tem demonstrado desinteresse em escutar outros órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas junto à comunidade. A comunidade não está conseguindo acessar políticas públicas fundamentais (saneamento básico, habitação, educação e saúde). Acredita-se que isso ocorre por retaliação política à postura firme da comunidade na defesa do seu território.

Ao mesmo tempo, observa-se o crescimento da violência por parte de fazendeiros locais. Ano passado alguns pescadores foram surpreendidos em seus locais de trabalho por prepostos dos fazendeiros portando arma de fogo e os intimidando. O pescador Zé Guaiamum foi uma das vítimas quando o funcionário da fazenda Engenho d'água disparou dois tiros em sua direção e recolheu seus instrumentos de trabalho. O fato foi denunciado na delegacia e até o momento não houve apuração do caso.

Após a exposição destas denúncias, os órgãos públicos presentes se comprometeram a dialogar com a prefeita sobre os direitos constitucionais da comunidade e construir uma agenda de trabalho focado na resolução do conflito e na efetivação dos direitos. A Fundação Cultural Palmares disponibilizou sua procuradoria; o INCRA irá enviar ofício à prefeitura para informá-la sobre os procedimentos de identificação, demarcação e titulação do território quilombola e a SEPROMI irá agendar uma reunião com Superintendência do Patrimônio da União (SPU) para discutir políticas de regularização fundiária do território.



---

**MPF/MS questiona licenciamento ambiental que autoriza expansão da MCR-Vale em Corumbá**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

*Medidas previstas pelo Ibama não seriam capazes de compensar danos causados aos moradores da região*

MPF – Ministério Público Federal

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) encaminhou ofício ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) questionando as condicionantes ambientais impostas à empresa MCR-Vale para a concessão de Licença Prévia, que autoriza a expansão das atividades de mineração em Corumbá (MS).

“A expansão do setor representa inegável benefício econômico e social para a região, mas os danos ambientais causados são irreparáveis. O licenciamento não deve se preocupar apenas em reduzir os impactos imediatos da obra, mas também deve prever medidas para reverter ou compensar os danos causados à comunidade”, defende o MPF. Segundo a instituição, sedimentos carregados pela chuva; interferência na qualidade da água; incômodos pela movimentação de caminhões; alteração de paisagem; e a potencialização dos níveis de ruído são alguns dos prejuízos que afetam os moradores e “precisam ser compensados”.

No Brasil, há exemplo recente onde o Ibama impôs condicionantes ao licenciamento ambiental que nem de longe se verificam nos casos de licenciamento das atividades mineradoras em Corumbá e região. No licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), o Ibama impôs 40 condicionantes abrangendo questões relativas à qualidade da água, fauna, saneamento básico, população atingida, compensações sociais e recuperação de áreas já degradadas, entre outras.

“Respeitadas as devidas proporções, Corumbá vive um momento de licenciamento ambiental do que pode ser considerada a ‘Belo Monte do Pantanal’, dado o impacto ambiental relacionado à expansão simultânea das atividades das mineradoras Vetria e MCR-Vale.”

Para compensação dos danos, o MPF sugere ao Ibama a aplicação de condicionantes socioambientais semelhantes às impostas, pelo próprio órgão, à Usina de Belo Monte, como a construção de escolas, casas populares, postos de saúde e projetos de saneamento básico, abastecimento de água e transporte público.

**Impactos cumulativos**

Corumbá possui a terceira maior reserva de ferro do Brasil, localizada no Maciço de Urucum. A extração do minério é realizada por grandes empresas, duas delas, a MCR-Vale e Vetria, estão em fase de expansão. A Vale almeja ampliar a lavra de minério na região em 138,6% – com a expansão pretendida a Empresa, que atualmente produz 4,4 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, passará a produzir 10,5 milhões. Já a mineradora Vetria – formada com a

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

associação das empresas ALL (América Latina Logística), TPI (Triunfo Participações e Investimentos S.A) e Vetorial Participações S.A. – pretende a ampliação do conjunto minerário até recentemente pertencente à Vetorial Mineração. O objetivo da mineradora é atingir a capacidade máxima da nova usina de beneficiamento, com produção de 28,5 milhões de toneladas/ano. Para tanto, a VETRIA pretende investir mais de R\$ 11,5 bilhões.

Os licenciamentos ambientais têm sido conduzidos pelo Ibama (Vale) e pelo Imasul (Vetria), órgãos responsáveis por licenciar a atividade, identificar impactos relacionados e impor condicionantes. Num contexto de ampliação, em larga escala, de uma atividade econômica não sustentável, que pode afetar mais de um estado e até outros países, o MPF questionou a possibilidade do Ibama reconhecer sua competência licenciatória para ambos os empreendimentos, de modo que os impactos seja analisados de forma conjunta.

No ofício encaminhado, o MPF questiona, dentre outras coisas, quais foram as condicionantes do licenciamento ambiental propostas pelo Ibama e se o órgão buscou definir condicionantes semelhantes ao do licenciamento da Usina de Belo Monte, de modo a compensar, e não só mitigar, os impactos causados pela expansão das mineradoras.

O documento remetido ao Ibama tem prazo de 10 dias para manifestação.



---

**As comunidades quilombolas e o esvaziamento da vida pública**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

A Aconeruq (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) contratou o Centro de Formação para a Cidadania Akoni para elaborar um diagnóstico que enxergasse a situação socioeconômica de 8 comunidades quilombolas do interior do estado do Maranhão. As comunidades quilombolas se encontram por quase todo o Maranhão, principalmente, no norte e no centro-leste maranhenses.

Essas regiões, por muito tempo, assumiram papel de destaque no cenário político-econômico do Maranhão ao comportarem fazendas de cana, de arroz e de gado. A balança comercial maranhense se compunha de um lado de importações de negros e produtos manufaturados e pelo outro de exportações de bens primários. De todo modo, a produção maranhense não marcou o plano nacional porque outros estados mais próximos dos grandes centros sulistas e da Europa escoavam seus produtos com mais facilidade.

O momento em que a economia de monocultura e escravagista do Maranhão superou outras economias regionais foi por conta da guerra da secessão dos Estados Unidos. Os nortistas impediam os sulistas de exportar o algodão para Europa. Então, o Maranhão substituiu por algum tempo o sul dos Estados Unidos. O algodão do Maranhão supriu as necessidades de países como a Inglaterra pelo tempo que durou a guerra da Secessão, pois, logo após o término, os ingleses voltaram a importar dos Estados Unidos.

A economia do Maranhão, na década de sessenta do século dezenove, voltou-se bruscamente para o algodão em vista da demanda europeia, mas o que ocorreu com essa economia algodoeira depois que os pedidos cessaram? O que fazer com uma sociedade fincada no escravagismo e na monocultura do algodão, por pouco tempo, é verdade, mas tempo suficiente para que se relembre sempre desse boom econômico fugaz? Essas questões aqui postas não esvaneceram por conta da passagem do tempo e da mudança nas elites maranhenses.

A economia e a política no Maranhão se trajam com o vazio do discurso e com o vazio da prática. A derrocada da economia algodoeira levou a vida pública no Maranhão ao vazio ou foi a derrocada da vida pública no Maranhão que levou a economia algodoeira ao vazio?

As comunidades quilombolas, que testemunharam a derrocada da economia algodoeira e sobreviveram a ela, foram engolidas pelo vazio da vida pública e pelo vazio da economia no século XX. O Akoni entrevistou produtores de 17 comunidades quilombolas do Vale do Itapecuru, dos Lençóis maranhenses, da região do Munim, da região dos Cocais e do Baixo Parnaíba e captou bem o esvaziamento da vida pública na qual as elites enrolaram as comunidades quilombolas. A totalidade das associações se mantém em dia com relação as questões administrativas do dia-a-dia como CNPJ regularizado, por exemplo.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

Contudo, as associações emperram no acesso a programas e políticas do Estado pensadas para fomentar a produção da agricultura familiar, caso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e do PNAE (Política Nacional de Alimentação Escolar), pois 67% dos entrevistados responderam que não acessaram nem um e nem outro.

O fato do PAA e do PNAE serem novidade explica, em parte, o baixo acesso. A outra parte da responsabilidade fica por conta das prefeituras que investem muito pouco em agricultura familiar e em assistência técnica. O desconsolo com que as prefeituras tratam as comunidades quilombolas não é nenhuma novidade. Os mais jovens sentem esse desconsolo com mais intensidade e buscam saídas nas novidades trazidas pelo consumo da tecnologia. A tecnologia é uma válvula de escape para os jovens, mas a tecnologia não modifica a realidade desses jovens e das comunidades.

Quase todos os entrevistados responderam que não agregam tecnologia nas suas produções de alimentos. Como reverter esse desconsolo? Coadunar a forma e o conteúdo das tecnologias com o conhecimento tradicional é um bom começo. A Aconerug e o Instituto Marques de Vale Flor desenvolvem o projeto "Promoção de Tecnologias de Economia Solidária em áreas de Quilombos no Maranhão" que propõe esse diálogo.

O diagnóstico, que o Akoni sem incumbiu, é tanto uma ferramenta na construção desse diálogo como um alerta do esvaziamento da vida pública ou das políticas públicas.

A equipe técnica do projeto apresentará o diagnóstico na Secretaria de Desenvolvimento Social às 14:00 do dia 8 de maio. A SEDES fica na rua do Giz, Centro de São Luis, próximo ao Reviver.

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



---

**PE – Comissão de Pescadores tradicionais e entidades vão à Brasília cobrar a criação da RESEX Sirinhaém**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.05.2014

Acontece nesta quarta-feira, dia 07/05, às 14h em Brasília, audiência com o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizontin, para tratar sobre a morosidade da criação da Reserva Extrativista nas Ilhas de Sirinhaém, localizada no litoral sul de Pernambuco. Para pressionar o órgão, estarão presentes na reunião, uma comissão formada por representantes de Associação de pescadores do litoral sul de PE, a Comissão Pastoral da Terra, CPP, Frades Franciscanos, além da OXFAM Brasil, organizações da Via Campesina e membros da Comissão de Justiça e Paz. A audiência foi agendada e organizada através do Gabinete do Deputado Federal Pedro Eugênio (PT).

Todas as etapas, estudos e procedimentos necessários para a criação da Reserva Extrativista nas Ilhas de Sirinhaém foram iniciados em 2006 e rigorosamente cumpridos e concluídos pelo ICMBio em 2009. No entanto, de lá até hoje, o processo de criação da Resex Sirinhaém encontra-se completamente paralisado aguardando apenas o decreto de criação. O motivo da morosidade na criação da Reserva é declaradamente um entrave político entre o órgão federal, responsável pela criação das reservas extrativistas no Brasil – o Icmbio – e o Governo do Estado de Pernambuco, que não admite a criação da Resex por possuir interesses particulares para o local.

A demora para criar a Rerva Extrativista em Sirinhaém está sendo investigada pelo Ministério Público Federal, que instaurou um Inquérito Cível Público sobre o caso. Ainda no mês de março, o ICMBio, através de nota oficial enviada ao MPF, informou que para dar prosseguimento à tramitação “o órgão aguarda manifestação formal do Governo do Estado com relação à proposta”. Segundo Élvio Polito, da Secretaria de meio ambiente e sustentabilidade do estado esclareceu que quando os estudos estavam sendo concluídos pelo ICMBio, o Governo Estadual encaminhou ofício ao Ministério de Meio ambiente manifestando discordância na processo de criação de Resex Federal. No entanto, a Secretaria de Meio ambiente reconheceu que não há nada a ser feito legalmente pelo estado que possa interferir nos processos instaurados na esfera Federal. A área em questão são Terras da União, mas estão aforadas à Usina trapiche.

Enquanto o processo de criação da Resex não se concretiza, permanecem as situações de violência contra os pescadores e pescadoras da região protagonizadas pela Usina Trapiche, em um conflito que se estende por mais de 25 anos. Registros de ameaças proferidas por seguranças armados da Usina, destruição de pertences e queima de barracas de pesca, ameaças de mortes, expulsões e destruição de lavouras são alguns dos exemplos. Além da violência e de impedir que os pescadores tenham acesso ao mangue de onde tiram seu sustento, também há os diversos casos de crimes ambientais. Nos próprios diagnósticos e laudos ambientais elaborados pelo ICMBio e IBAMA ficaram registrados os impactos e a degradação do estuário e do mangue de Sirinhaém, decorrente da ação conjunta de vários fatores ligados ao modelo econômico da região, em particular, pela ação de degradação

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

ambiental causada pela Usina Trapiche. O mesmo laudo considerou urgente e necessária a criação da Resex para garantir o modo de vida da população local que vive da pesca artesanal, bem como a preservação do meio ambiente.

Serviço:

O que: Audiência com o ICMBio – Criação da Resex de Sirinhaém

Quando: Quarta-feira, 07 de maio de 2014, às 14h

Onde: Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Brasília

Outras informações:

Comissão Pastoral da Terra – Regional NE 2

Renata Albuquerque – (81) 9663.2716



---

**Quilombolas e Marinha voltam a discutir impasse sobre área**

SÍTIO A TARDE, 06.05.2014

Representantes dos quilombolas do Rio dos Macacos e do Ministério da Defesa voltam a se reunir nesta terça-feira, 6, para discutir a permanência da comunidade em uma área da Marinha, na Bahia, informou o Ministério Público Federal no estado (MPF/BA).

No encontro, os quilombolas devem dar uma resposta à proposta feita pelo governo na última reunião, no dia 11 de março deste ano, de ceder à comunidade 86 hectares de terra da área reivindicada.

O governo também propôs a construção de uma estrada para que os quilombolas tenham acesso independente ao local. Atualmente, os moradores precisam passar por portaria controlada pela Marinha para ter acesso à área, o que provocou tensões entre militares e quilombolas.

Representantes do MPF/BA ajudarão nas negociações, na reunião prevista para começar às 10h, na sede do MPF, na Vila Naval da Barragem, na região metropolitana de Salvador.

A comunidade fica no município de Simões Filho, região metropolitana da capital baiana, e é objeto de uma disputa entre a Marinha, que considera a terra de sua propriedade, e os quilombolas. O terreno é vizinho da Base Naval de Aratu, na Praia de Inema. Desde 2010, a Marinha pretende ampliar as instalações da base, onde residem famílias de militares.

De acordo com o MPF, vão participar também da audiência o chefe de gabinete do Ministério da Defesa, Antônio Thomaz Lessa, e representantes da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, da Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais e da Defensoria Pública da União.



---

**Exposição no Recife revela cotidiano da tribo indígena isolada 'Zo'é'**

SÍTIO G1, 06.05.2014

Fotógrafo Rogério Assis conheceu a etnia em 1989 e voltou em 2009. Resultado está reunido na mostra e no livro que levam o nome da tribo.

O Capibaribe Centro de Imagem (CCI) recebe, de 8 de maio a 2 de junho, a exposição "Zo'é", do fotógrafo paraense Rogério Assis. A mostra traz imagens de duas visitas do autor à tribo indígena isolada da Amazônia que tem esse nome. Os registros foram separados por 20 anos - o primeiro contato dele com os índios foi em 1989, e o segundo em 2009 - e ocorridos em situações bem diversas. "A primeira aconteceu por acaso e foi o primeiro registro oficial da etnia", conta Assis. A segunda já vislumbrava o livro, que é lançado com a exposição e também leva o nome da tribo, que significa "nós", em uma língua derivada do tupi.

O fotógrafo conheceu o povo quando trabalhava para a Funai na região e a fundação recebeu um chamado urgente, porque uma gripe forte assolava a tribo, após contato com missionários. "Foram 20 óbitos em menos de duas semanas. A missão pediu socorro da Funai e saímos correndo. Eram 146 indígenas naquela época", lembra. "Eu trabalhava numa produtora no Pará que tinha a Funai como cliente, mas nunca tinha trabalhado com tribos isoladas".

O impacto do que o viu foi forte o suficiente para que, durante as poucas horas em que ficou na tribo, gastasse cuidadosamente os quatro filmes que tinha na bolsa e, 20 anos depois, voltasse com bem mais tempo e negativos. "Costumo brincar dizendo que é o índio como Cabral encontrou quando chegou aqui, no seu habitat natural, com muito pouca influência do homem branco".

Entre os hábitos que mais impressionaram estão a relação com a natureza e a organização da sociedade. "Eles são nômades para preservar a terra, não saturá-la. Plantam, exploram e vão embora. Só voltam quando ela se recupera", diz, para completar: "As relações são bastante complexas, do nosso ponto de vista: mulheres têm vários maridos e vice-versa". Outra coisa que chamou bastante atenção do fotógrafo foi o fato de o coletivo estar sempre colocado como prioridade. "Ninguém se alimenta sozinho. O que se pesca não é para quem pescou, é para a comunidade. Mesmo aquele que andou três dias para caçar o porco leva o animal para a tribo, não come sozinho. As refeições são sempre feitas comunitariamente", detalha.

Na volta à região, 20 anos depois, Rogério Assis passou 25 dias no total e registrou o dia-a-dia dos índios com um esforço enorme para ser minimamente notado. "Me misturei com eles para esquecerem da minha presença, tentava me inserir. Fotografei sem interferência nenhuma no cotidiano deles, o material é documental mesmo, interferência zero", conta.

Em relação à visita anterior, ele notou diferenças positivas. "Melhoraram muito de saúde e continuam isolados. Tudo que foi inserido na cultura Zo'é pela Funai foi para facilitar, sem alterar as práticas", diz, se referindo a enxada, faca, linha de nylon para pesca, lanterna para



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

---

segurança e rádio de comunicação para falar entre eles. Dentro da terra indígena, são 14 aldeias da etnia, hoje com 260 pessoas no total.

Desde 2010, com o projeto do livro aprovado pela Lei Rouanet, Assis tentou captar dinheiro para a publicação. "Nenhuma empresa quis colaborar. Diziam que não podiam associar as marcas a índios, diziam que o índio é mal visto pelos clientes", se impressiona. O fotógrafo se juntou então com a editora e, como se pode ver nas fotos que ilustram a matéria, tem mostrado que essas empresas estavam erradas. "Tem dado muito certo", finaliza.

Serviço

Exposição Zo'é

Capibaribe Centro da Imagem - Rua da Aurora, 533 - Boa Vista

Lançamento: 8 de maio, às 19h30

Em cartaz até 2 de junho

Mais informações: (81) 3032-2500



---

**Ação emergencial atende comunidade do São Lourenço**

SÍTIO CAPITAL DO PANTANAL, 06.05.2014

Corumbá (MS)- O programa Povo das Águas, que atende as comunidades ribeirinhas no Pantanal, irá realizar uma ação emergencial ainda esta semana. É o que informou o chefe do executivo corumbaense na tarde desta segunda-feira (5), quando se reuniu com representantes da defesa civil do município, Embrapa e Marinha do Brasil.

Será realizada uma força tarefa em cooperação com poder público municipal e os demais órgãos envolvidos para levar à comunidade do São Lourenço, no Alto Pantanal. Esta será a primeira edição do Povo das Águas que segue que tem em seu calendário nove ações que compreende atendimento ao baixo, médio e alto Pantanal.

No entanto, diante da cheia que afeta 34 famílias ribeirinhas na região do São Lourenço, na barra com o Rio Paraguai, a Prefeitura solicitou apoio da Marinha do Brasil que, de imediato, colocou sua estrutura à disposição do Município.

Povo das Aguas (2)“Estamos com duas operações neste mês de maio, a Platina e a Ágata. Em virtude disso, estamos podendo disponibilizar apenas uma embarcação. Caso contrário, enviaríamos duas para realizar este trabalho de atendimento aos ribeirinhos junto com a Prefeitura”, revelou o contra-almirante, lamentando apenas não ter conseguido junto à Receita Federal, doação de produtos apreendidos que poderiam ser distribuídos às famílias, devido ao fato do ano ser eleitoral.

O prefeito ressaltou, no entanto, que vai entrar em contato com a direção da Receita Federal de Corumbá, para tentar doação de material importante para atender as famílias ribeirinhas. Disse que é preciso superar problemas burocráticos, evitando que produtos apreendidos superlotem os depósitos, quando poderiam atender pessoas que realmente necessitam, como os ribeirinhos.

**A ação**

A ação emergencial no São Lourenço está ocorrendo devido à cheia do Rio Paraguai na região. O secretário de Governo, Márcio Cavasana, recebeu informações da equipe que atua no Povo das Águas, sobre famílias que estão sofrendo com o crescente aumento do nível das águas.

“Nos solicitaram atendimento médico, remédios, cloro para tratar a água, entre outras coisas. A orientação do prefeito foi para que providenciarmos um atendimento emergencial, para dar assistência a estas famílias e a Marinha do Brasil, de pronto, colocou-se à disposição”, disse o secretário.

As equipes da Prefeitura e da Marinha embarcam na quarta-feira, 07, as 08 horas, do Porto do  
CONT.



6º Distrito Naval. A ação acontecerá até o dia 10 de maio, sábado. Médico, dentista e enfermeiro vão fazer parte do grupo. Só da Prefeitura, vão 11 pessoas.

#### Cheia

Antes de definir detalhes da ação, o pesquisador da Embrapa Pantanal, Carlos Padovani, fez uma explanação sobre a cheia na região pantaneira. Ele citou que a cheia no São Lourenço se deveu não só ao nível do Rio Paraguai, que subiu, mas principalmente em virtude das chuvas na Bolívia, que causaram inundações no Corixo Grande, localizado em território boliviano. Apesar disso, considerou a situação tranquila, não havendo risco de uma grande cheia no antanal, que seria a partir de níveis superiores a 6 metros. Hoje, pela régua de Ladário, está com 3m62.

A Defesa Civil de Corumbá também está acompanhando a situação e, conforme explicou o chefe da área, Isaque do Nascimento, destacou que, no início do mês, foi feito um levantamento na região, justamente para antecipar qualquer tipo de problema que pudesse afetar os ribeirinhos, em caso de inundações. Observou que a situação não é de calamidade, mesmo porque os níveis atuais estão bem abaixo dos últimos anos.

O prefeito corumbaense elogiou o trabalho que está sendo desenvolvido em parceria, com participação da Embrapa inclusive, e reforçou a necessidade de se desenvolver ações de forma planejada, como está ocorrendo. Observou que, nesta, a equipe contará com profissionais direcionados para atender a saúde do ribeirinho, mas que, nas demais edições do Povo das Águas, todas as pastas estarão envolvidas, além dos parceiros.

O encontro dessa tarde contou também com as presenças das secretárias Dinaci Ranzi (Saúde) e Andréa Ulle (Assistência Social e Cidadania); da diretora-presidente da Fundação de Meio Ambiente, Luciene Deová, além de outras autoridades e representantes da imprensa.



---

**Justiça Federal garante a comunidades ribeirinhas acesso ao Programa Luz para Todos**

SÍTIO FATO AMAZÔNICO, 06.05.2014

A União está proibida de impor obstáculos à implantação do Programa Luz Para Todos, do governo federal, nas comunidades São Francisco do Mainã, Jatuarana e Santa Luzia do Tiririca, localizadas à margem esquerda do rio Amazonas, próximas à região do Puraquequara, em Manaus. É o que determina sentença judicial favorável aos pedidos do Ministério Público Federal no Amazonas, em ação civil pública que tramita na Justiça Federal desde 2012.

Conforme inquérito civil público que resultou na ação do MPF, o Exército vinha criando obstáculos à implantação do programa nas comunidades sob a alegação de que pretende realizar treinamentos de guerra no local, causando prejuízos aos moradores. A apuração mostrou ainda que, em outras comunidades tradicionais da mesma região, o Exército só não tentou impedir a instalação da luz porque os moradores aceitaram assinar um documento de concessão de direito real de uso, em termos apresentados de maneira unilateral.

Na sentença, a juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe ressaltou que a realização de cursos de guerra na selva com troca de tiros em área próxima às comunidades tradicionais precisa ser revista. "O fato de a União utilizar uma área da Amazônia, próxima às localidades sub judice, para promover cursos de guerra na selva não possui o condão de transformar a região discutida em área de interesse para a Segurança Nacional, menos ainda de modo a proibir a chegada do Programa Luz para Todos, já deferido e custeado pelo governo federal", ressalta um trecho da sentença.

A ação do MPF destacou que as comunidades se enquadram nos requisitos necessários para a inclusão no programa federal como a existência de escolas e postos de saúde, conforme previsto no Decreto nº 7.520/2011, que estabelece as diretrizes e aponta os beneficiários do programa. A área, onde as comunidades habitam há mais de 50 anos, foi doada pelo Estado à União, sem o conhecimento da população tradicional residente, para a instalação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em 1970, por meio da Lei Estadual nº 939/1970.

Em paralelo ao trâmite da ação na Justiça, houve a regularização fundiária de boa parte das áreas das comunidades, após um processo de diálogo que corrigiu a tentativa de imposição de assinatura a de um documento a qualquer custo. Segundo o procurador da República Julio José Araujo Junior, autor da ação, existem ainda algumas áreas que não foram regularizadas e também tem o mesmo direito, conforme reconheceu a sentença.

Atualmente já estão sendo realizadas as obras na comunidade Jatuarana pela Amazonas Energia, que foi informada da decisão. A multa aplicada na sentença é de R\$ 50 mil por dia e/ou ato de descumprimento. O processo tramita na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o número 13324-75.2012.4.01.3200. Cabe recurso da sentença.

CONT.



## Histórico

Desde 2004, um inquérito civil público conduzido pelo MPF/AM apura a existência de conflitos na região no lago do Puraquequara, envolvendo cinco comunidades tradicionais. Em 2009, os conflitos se agravaram por conta de uma tentativa de retirar os comunitários da área. O MPF/AM atuou para impedir o desrespeito aos direitos desses povos tradicionais, inclusive com expedição de recomendação para impedir o uso de tiro real na área onde vivem os comunitários.

Uma nova fase do impasse surgiu em 2012, quando o Exército se opôs à chegada do Programa Luz para Todos a algumas comunidades que não concordaram com os termos de regularização fundiária propostos inicialmente pelos militares. O MPF/AM discordou do entendimento do Exército de condicionar a permissão para instalação de serviço essencial como o fornecimento de energia elétrica à regularização fundiária das terras e ajuizou a ação civil pública.

A partir do início da ação na Justiça, novas rodadas de diálogo foram propostas pelo MPF, com reuniões para discutir ponto a ponto os impasses existentes na convivência entre comunitários e Exército, inclusive com audiência pública realizada pelo Senado Federal.

Na comunidade São Francisco do Mainã, os diálogos propostos pelo MPF resultaram na assinatura do título de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), entregue em agosto do ano passado. O documento, construído coletivamente pelas partes, legalizou a ocupação e uso de 400 hectares de terra da União, sob o domínio do Exército, onde 45 famílias de ribeirinhos vivem há mais de cem anos. As outras duas comunidades mencionadas na sentença – Santa Luzia do Tiririca e Jatuarana – ainda não conseguiram a titulação das terras.

Para o MPF/AM, o fornecimento de energia elétrica é serviço essencial e não pode ser condicionado à regularização fundiária das comunidades, já que as mesmas preenchem todos os requisitos necessários para a inclusão no programa federal.



---

**Roraima tem mais de cinco mil índios sem registro de nascimento**

SÍTIO LINEAR CLIPPING, 06.05.2014

A erradicação do sub-registro civil, considerado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ibge) como a não documentação do nascido no próprio ano de nascimento, é tema da Cartilha de Registro Civil de Povos Indígenas, lançada pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR). Segundo o IBGE, no Brasil, cerca de 600 mil crianças não possuem a documentação e, entre elas, mais de 250 mil são indígenas.

Em Roraima, o Censo Demográfico de 2010 registrou 19.025 indígenas, sendo que 13.729 possuem algum tipo de certidão como o registro em cartório (10.876), declaração de nascido vivo (177) e o registro administrativo de nascimento indígena (2.676). Os sem documentos contabilizam 5.117 e 179 declararam no Censo não conhecer a existência do documento.

O foco da campanha, com previsão para iniciar ainda este mês, conforme a Fundação Nacional do Índio (Funai), inclui a realização de uma oficina de construção de fluxos de acessibilidade e que envolverão entes públicos, como Estado e Município, para definir sobre as atribuições de cada um. A campanha será em parceria com a Funai e o Ministério da Educação. Segundo o coordenador regional da Funai, Riley Barbosa, o órgão aguarda deliberação de Brasília para começar os trabalhos.

Ele disse que em Roraima o índice de Registro Civil dos povos indígenas está normal, dentro do índice esperado. "A campanha será para unificar as informações que, às vezes, são desconstruídas", ressaltou ao chamar a atenção para a criação da cartilha e os direitos adquiridos pelos cidadãos ao ter a certidão de nascimento. Com esse documento em mãos, é possível matricular-se em instituições de ensino público e privado, tirar carteira de identidade, CPF, alistar-se no serviço militar, abrir conta bancária, comprar terras, assegurar direitos trabalhistas e obter crédito para diversos financiamentos.

Barbosa afirmou que, hoje, o atendimento aos povos indígenas funciona normalmente, mas há situações de pessoas que foram registradas como indígenas, porém não têm atividade agrícola nem vivem em comunidade. "A pessoa se identifica como índio, mas não tem atividade em agricultura. Mesmo assim, ela vai atrás de receber benefícios", frisou.

Com relação ao nascimento, o coordenador regional destacou que dentro da maternidade a mãe que deseja registrar a criança tem acompanhamento, assim como fora da unidade hospitalar. "Nós temos chefes dentro das CTLs [Coordenação Técnica Local], que orientam e têm autonomia para expedição de documentos como o registro civil", frisou.

SESAU - O Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth (HMINSN) possui um cartório há quase dois anos, sob responsabilidade do Cartório Deusdete Coelho. "Quanto ao atendimento específico aos indígenas, as mães que dão à luz e desejam registrar seus filhos são acompanhadas por um profissional intérprete da própria maternidade para serem assistidas durante o procedimento", informou, em nota, a direção da maternidade pública. (Y.G)



---

**Pronatec destina mais de 300 vagas para índios**

SÍTIO LINEAR CLIPPING, 06.05.2014

Comunidades indígenas do estado do Maranhão receberão cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Campo) no segundo semestre deste ano.

No primeiro momento, a ação visa beneficiar os povos indígenas: Gavião, Krikati, Canela e Guajajara. Os cursos terão como referência a metodologia de alternância e a realidade socioambiental e econômica das comunidades. Serão mais de 300 vagas.

A iniciativa é do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), em parceria com a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima) e a Associação dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins. O IFMA disponibilizará os campi para a execução do programa.

"Essa parceria no Maranhão é pioneira. A gente espera multiplicar essa experiência com a Funai para todo território nacional e também na perspectiva de inclusão dos demais povos e comunidades tradicionais", assinala o secretário Nacional de Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini.

O pró-reitor de Extensão e Relações Institucionais do IFMA, Marco Antônio Goiabeira Torreão, explicou que a ideia é atender as necessidades das comunidades indígenas, visando desenvolver profissionalmente as suas especificidades por meio de capacitações que possibilitem a inserção no mundo do trabalho ou que tornem a comunidade autossustentável.

"Haverá reunião com as lideranças indígenas para definir os cursos de interesse da comunidade", complementou Bianchini.

O coordenador regional da Funai no Maranhão, Júlio Pinho, destacou que a demanda dos indígenas é para capacitação profissionalizante na expectativa de geração de renda. "O esforço da parceria entre Funai, MDA, IFMA e movimentos indígenas é para que as comunidades tenham acesso a essas políticas públicas", completou.

Histórico - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego foi criado pelo Governo Federal, em 2011, para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Entre os objetivos da ação está construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e melhorar a qualidade do ensino médio.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

---

Mais

Na última quarta-feira, aconteceu a reunião estadual sobre a execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Campo) no Maranhão, na qual foi discutida a reestruturação do Comitê Estadual e as perspectivas dos cursos no estado. No dia 27 deste mês, o comitê se reunirá para a pactuação do programa do 2º semestre de 2014.



---

**TJ concede liminar a envolvido na morte de índio que tenta vaga na polícia**  
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 06.05.2014

Apesar da decisão da Justiça, o candidato do concurso da Polícia Civil ainda depende da sentença do julgamento definitivo

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) concedeu liminar, nessa segunda-feira (5/5), que permite que G.N.A.J, condenado pela morte do índio Galdino, participe das próximas etapas do concurso público para o cargo de agente de polícia.

G.N.A.J foi reprovado no concurso da Polícia Civil na fase de avaliação de vida pregressa e investigação social. Na época do crime, ele tinha 17 anos, cumpriu medida socioeducativa de quatro meses e, portanto, tem a ficha limpa. No último dia 2, ele entrou com um mandado de segurança no TJDFT para tentar reverter a exclusão.

De acordo com o TJDFT, o juiz observou que "os atos infracionais não são crimes" e, portanto, legalmente não há nada que impeça o rapaz de continuar na seleção. Apesar da decisão da Justiça, o candidato ainda depende da sentença do julgamento definitivo.

Relembre o caso

G.N.A.J. era o único adolescente entre os jovens que atearam fogo ao índio Galdino, na madrugada do dia 20 de abril de 1997. G. tinha 17 anos, Max Rogério Alves, 19, Tomas Oliveira Almeida, 18, e Eron Chaves Oliveira, 19. Eles se encontram no Lago Sul, por volta da 1h30. De lá, seguiram para uma lanchonete na 312 Sul.

Saiba mais...

Envolvido na morte de Galdino recorre à justiça e tenta vaga para policial Envolvido no Caso Galdino já foi reprovado em concurso também em Goiás Jovem envolvido no assassinato do índio Galdino será policial

Em seguida, foram para a 204 Sul, onde, à época, morava o padrasto de Max. Trocaram de carro e voltaram para o Lago Sul, para que Eron pegasse seu automóvel. O veículo foi deixado na 204 Sul e os jovens continuaram com o carro da mãe de Max. Quando passaram entre as quadras 703 e 704 Sul, por volta das 3h40, viram Galdino deitado na parada de ônibus.

Eles julgaram ser um mendigo. Um dos rapazes teve a ideia de dar susto no homem. Os cinco foram a um posto de combustíveis e encheram duas garrafas plásticas com álcool. Com o preço do combustível naquele tempo, a conta deu R\$ 1,20. Os cinco voltaram ao local onde o índio estava deitado, jogaram o líquido inflamável e riscaram os fósforos. Uma testemunha anotou a placa do carro em que o grupo fugiu.



---

**Imóveis rurais terão cadastramento obrigatório**

SÍTIO A RAZÃO, 06.05.2014

O monitoramento de áreas de preservação, reserva legal ou terras indígenas ficará mais fácil com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), informou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. O decreto regulamentando o CAR, previsto no Código Florestal, foi publicado ontem no Diário Oficial da União. O cadastro é obrigatório para quem é dono de um imóvel rural. O prazo para proprietários rurais fazerem o cadastro é um ano a partir desta segunda-feira.

Segundo a ministra, o sistema do governo federal para acompanhamento do cadastro, Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR), disponibiliza imagens via satélite das propriedades rurais e permitirá aos órgãos ambientais dos estados saber se as informações prestadas pelos proprietários são verdadeiras e definir onde fazer as visitas de campo. De posse dos dados do cadastro, que devem ser enviados dentro de um ano, os estados devem traçar planos de recuperação, negociando com os proprietários de imóveis rurais a recomposição ou compensação das áreas prejudicadas.

O sistema está no ar desde o ano passado, mas funcionava em fase de testes. O SiCAR, cujo desenvolvimento envolveu aproximadamente R\$ 70 milhões, está carregado com imagens de satélite referentes aos anos de 2008, 2011 e 2012. As fotografias de 2008 são necessárias como referência, por se tratar do prazo limite que o Código Florestal estabeleceu para anistia aos casos de desmatamento. Imagens de 2013 e 2014 também deverão ser adquiridas. "O ministério até 2017 comprará (anualmente) imagens atualizadas", informa a ministra. "O sistema bloqueia fraudes", complementa.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, existem aproximadamente 5,6 milhões de imóveis rurais no País. Desses, 90% são pequenas propriedades, que ocupam cerca de um quinto das terras. O Código Florestal exige recuperação da vegetação nativa dependendo do tamanho da propriedade rural.



## **Disputa de terras insufla discriminação de indígenas no RS**

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 06.05.2014

Quando o deputado federal gaúcho Luis Carlos Heinze (PP) se referiu a índios como “tudo o que não presta”, elencando-os ao lado de quilombolas e homossexuais, em Vicente Dutra, no ano passado, tornou claro um conflito latente que, no mês passado, levou ao assassinato de dois agricultores em Faxinalzinho.

vitimadiscriminaoindigena

Leonir José Teixeira, índio Xokleng, vítima de discriminação: “O sujeito me xingou de índio sujo e vagabundo”

A disputa de terras com agricultores, a despeito das razões de cada lado, também reforça um preconceito histórico contra as populações de índios no Estado. Desde o início do ano, quando passou a contabilizar separadamente esse tipo de ação, a Defensoria Pública do Estado registra cerca de 30 processos em tramitação envolvendo suspeita de discriminação de grupos indígenas. É quase o dobro do número de casos envolvendo racismo, segundo a defensora pública e dirigente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos Alessandra Quines.

— A questão é a demarcação das terras. Eles não entendem como os agricultores pensam, mas os agricultores também não entendem os indígenas. São chamados de vagabundos, dizem que não precisam de tanta terra — sustenta a defensora.

Um dos casos em aberto na Defensoria Pública envolve um pequeno grupo xokleng — etnia quase desconhecida no Estado — que reivindica uma área distribuída entre os municípios de São Francisco de Paula, Riozinho e Maquiné, entre a Serra e o Litoral Norte.

Um dos representantes dos xokleng, Leonir José Teixeira (também conhecido como Rapani), 58 anos, afirma que já foi alvo de hostilidades e testemunhou agressões na região próxima ao território em disputa. Quando entrou em um mercado para comprar banha, um morador de Riozinho pegou um taco de sinuca e se preparou para agredi-lo. Foi dissuadido pela dona do estabelecimento.

— O sujeito me xingou de índio sujo e vagabundo — conta Teixeira, que trabalha como funcionário de uma escola de Viamão mas pretende retomar a vida junto à natureza de seus antepassados.

José Leonir quase foi agredido com um taco de sinuca

Outro xokleng se envolveu em uma briga e levou uma pontada de facão no peito. A morte dos agricultores em Faxinalzinho, porém, demonstra que explosões de violência ocorrem de ambos os lados. A origem dos confrontos atuais é bastante antiga, segundo o historiador e professor

CONT.



da Universidade de Passo Fundo Tau Golin. No século 19, os indígenas começaram a ser confinados em reservas no Brasil. Em meados do século passado, essas reservas perderam espaço no Rio Grande do Sul, e famílias teriam sido expulsas de muitas localidades para dar espaço a propriedades agrícolas. Neste momento, quando as demarcações pretendem seguir o caminho inverso e recuperar parte dessas áreas, o conflito entre índios e brancos se intensifica.

Dados confirmam essa interpretação: um levantamento apresentado no ano passado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontava que o Rio Grande do Sul era o Estado com maior número de áreas sujeitas a conflito, com 17 das 96 regiões identificadas como problemáticas no país ao final do primeiro semestre.

— Os governos precisam resolver o problema social de muitos colonos, assentá-los, dar terra a eles. Mas a situação do pequeno agricultor não pode ser a justificativa para admitir que quem tem direito primário à terra fique acampado à beira da estrada enquanto os processos de demarcação correm há 15, 20 anos — opina Golin.



---

**Indígenas Munduruku divulgam novo comunicado sobre displicência do governo**  
SÍTIO BLOG DO ASSIS RAMALHO, 06.05.2014

No último dia 27 de abril, os indígenas munduruku da região de Jacareacanga, sudoeste do Pará, divulgaram uma convocação ao governo federal, à Funai, à Eletrobrás e ao Ministério Público Federal para uma conversa, no dia 1 de maio, sobre projetos que ameaçam suas áreas. Nenhuma das instâncias convocadas deu retorno aos indígenas.

A reportagem foi publicada em Xingu Vivo Para Sempre, 03-05-2014.

Localizado às margens do rio Tapajós, onde o governo planeja construir um novo complexo hidrelétrico, o território munduruku é ameaçado ainda por projetos de mineração e carece de ato final de demarcação, prometido pela Funai.

De acordo com os indígenas, obrigado pela Justiça a realizar as oitivas constitucionais e a consulta prevista na Convenção 169 da OIT, o governo tem afirmado que estaria encontrando dificuldades em dialogar com os Munduruku, o que poderia justificar a adoção de medidas unilaterais no sentido de dar encaminhamento aos processos de licenciamento do complexo hidrelétrico. "Queremos que a Justiça saiba que estamos tentando encaminhar o diálogo, mas que é o governo que nos ignora. Também estamos deixando claro que é nosso direito definir a forma como queremos dialogar, já que somos nós os ameaçados", afirmou uma liderança do Movimento Munduruku Iperêg Ayu.

Diante do silêncio do governo em relação à tentativa de diálogo, os munduruku elaboraram nesta sexta, 2, novas carta ao governo e à opinião pública, na qual reafirmam seu descontentamento com a posição das autoridades e sua rejeição às hidrelétricas. No documento, os indígenas também exigem que não se aplique a Suspensão de Segurança à decisão da Justiça do Mato Grosso, que no início desta semana suspendeu a licença da hidrelétrica de São Manoel, no rio Teles Pires.

Nesta decisão, o juiz Ilan Presser, da 1ª Vara de Cuiabá, afirmou que os estudos ambientais de São Manoel que apontam impactos irreversíveis sobre indígenas que vivem em isolamento voluntário, foram ignorados pela Empresa de Pesquisa Energética e pelo Ibama.

Leia abaixo a íntegra da carta:

Carta VIII do Movimento Munduruku Iperêg Ayu

Jacareacanga-PA, 2 de maio de 2014.

Ao Governo Federal e à população Brasileira

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

Ontem, 1 de maio de 2014, foi mais um dia que tentamos conversar com o Governo sobre hidrelétricas no Rio Tapajós. O Governo não respondeu.

Tentamos outras vezes dialogar com o governo. Em 2013 na ocupação de Belo Monte e depois em Brasília.

O Governo mente pra nós, não fala a verdade, quer que vendemos nosso direito, mas nossos direitos não tem preço. Nossos direitos não estão a venda. Não queremos barragens no nosso território!

Exigimos que o Governo cumpra a Constituição Federal, cumpra a Convenção 169 da OIT e respeite a legislação indígena. Queremos a demarcação das terras indígenas do Médio Tapajós.

Queremos uma Consulta Prévia democrática, livre, informada e de boa fé e que seja respeitada nossa decisão. Não queremos grandes mineradoras no nosso território. Queremos o cancelamento da portaria 303 da advocacia geral da união que é contra os povos indígenas do Brasil.

Apoiamos nossos parentes no Teles Pires, apoiamos a Justiça que suspendeu a licença prévia da Usina São Manoel. Queremos que o TRF não use a Suspensão de Segurança para fazer injustiça de novo.

Continuamos na luta pelo nosso território e pelo nosso rio.

Atenciosamente,

Josias ManhuaryMunduruku – Chefe dos Guerreiros  
Maria Leusa Cosme KabaMunduruku – Rep. das mulheres  
Neusa Krixi  
Izaura Muo

Fonte: IHU On-Line



## **Povos indígenas reunidos em Cruzeiro do Sul dizem não à exploração de petróleo no Juruá**

SÍTIO CIMI, 06.05.2014

1º de maio, luta e resistência!

O Dia do Trabalhador em Cruzeiro do Sul/Acre foi marcado por um Ato Público com Passeata pelo centro da cidade organizado pelas pastorais sociais da Diocese de Cruzeiro do Sul em conjunto com lideranças sindicais, associações, movimentos e organizações cuja pauta principal foi denunciar os aumentos abusivos do combustível e da Cesta Básica, gerados pelos resquícios das enchentes do Madeira.

Quem deu o tom da mobilização foram os povos indígenas com participação de 120 pessoas de 9 etnias da região. Homens e mulheres, juventude, crianças e idosos todos chamando a atenção da sociedade local para a questão da extração do petróleo no Vale do Juruá.

Os povos aproveitaram a ocasião para denunciar também os desmandos e descasos das políticas públicas da Saúde, educação e a inoperância da FUNAI que não agiliza os processos de demarcação das terras e mantém atitude omissa em relação à retirada de petróleo cujo empreendimento afetará drasticamente todas as terras indígenas da região.

No Ato Público as lideranças deixaram seu recado afirmando que não admitem a retirada de petróleo em suas terras e denunciaram o Governo Estadual e a ANT – Agência Nacional do Petróleo – pela execução da prospecção de petróleo, na região, sem que houvesse a devida consulta e audiência pública conforme garante a Constituição Federal bem como a Convenção 169 da OIT – Organização Mundial do Trabalho.

O cacique Paulo Nukini alertou: “não será os povos indígenas os únicos afetados com a extração de petróleo em nossa região, vocês das cidades sofrerão muito mais. Vocês denunciam a falta de moradia, a falta de emprego, a falta de alimentos, o aumento da violência; não pensem que a extração do petróleo vai resolver esses problemas, pelo contrário, eles serão multiplicados, o emprego que o governo diz trazer para a região é mentira, porque isso vai gerar emprego para gente de fora e para nós só vai ficar as desgraças. Essa luta precisa ser de todos nós, índios e brancos que vivemos e sobrevivemos do nosso Juruá. Nós Nukini não aceitamos a extração de petróleo em nossas terras e vamos resistir custe nossas vidas!”

Das denúncias foi extraído um documento, colhido assinaturas e o mesmo será encaminhado ao Ministério Público Estadual e Federal, aos poderes executivos e legislativos estaduais e municipais, e para a ANT.

O Ato Público foi encerrado com danças e músicas dos povos indígenas que apesar de expressar suas angústias possuem uma capacidade imensa de manter a serenidade na

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 79/ 2014

Brasília, 06 de maio de 2014.

adversidade.

Os manifestantes também entregaram um documento às autoridades onde denunciam as propagandas enganosas do governo e exigem "respeito à Constituição Federal. Veja o documento na íntegra:

Ao:

Ministério Público Estadual e Federal

Governo do Estado

Câmara dos Deputados Estaduais

Governo Municipal

Câmara dos Vereadores

Agência Nacional do Petróleo

A população civil organizada através das Pastorais Sociais da Diocese de Cruzeiro do Sul, bem como Sindicatos, Associações, Organizações e Movimentos, no exercício da democracia e cidadania, vêm exigir dos poderes públicos supracitados efetivação dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, dentre eles o que reza o Artigo 6º "São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados."

Tais direitos, constituídos como direitos básicos, é dever do Estado e direito de todo cidadão brasileiro. No momento atual vivenciamos a negligência e omissão do Estado quanto a efetivação e garantia dos nossos direitos básicos.

Denunciamos o aumento no preço do combustível bem como o aumento abusivo no preço dos alimentos tornando-se cada dia mais difícil para os trabalhadores e trabalhadoras prover o alimento para sua família. Enquanto os preços sobem os salários continuam o mesmo, bem como os benefícios sociais.

Denunciamos os projetos de pagamento de serviços ambientais, (REDD) que além de não prover incentivo aos pequenos produtores rurais, as populações indígenas, extrativistas e ribeirinhos cerceam o direito ao uso da terra, da floresta, das águas, diminuindo a produção agrícola local e o modo de subsistência desses povos.

Denunciamos a falta de política pública de habitação na zona urbana. A falta de incentivo para o homem do campo, a falta de uma educação de qualidade, a falta de atendimento de saúde tem levado cada vez mais as famílias deixarem o campo para viver na cidade em busca de melhorias, ao chegar na cidade vivem em condições precárias, sem o direito a uma moradia

CONT.



digna.

Denunciamos a falta de segurança pública. É assustador o aumento da violência. As demandas têm crescido, porém o efetivo de policiais continua o mesmo.

Denunciamos o mau atendimento dos órgãos públicos especialmente da saúde e da segurança pública.

Por fim as populações indígenas bem como setores da sociedade local, ribeirinhos, extrativistas denunciamos o governo do Estado e a ANT – Agencia Nacional do Petróleo – pela execução da prospecção de petróleo na região do Juruá sem que houvesse a devida consulta prévia e informada, bem como audiências públicas com toda população envolvida conforme nos garante a Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT – Organização Mundial do Trabalho.

Cruzeiro do Sul, 1º de Maio de 2014

Meu comentário:

Para quem insistia e insiste em afirmar que a exploração de petróleo na Amazônia, especialmente, neste caso, no Vale do Juruá, no Acre, não afetará povos indígenas, comunidades tradicionais e principalmente os demais seguimentos urbanos, o primeiro de maio serviu para desmentir essa afirmação e, ao contrário, afirmar categoricamente que atingirá sim! Mas a brava população do Juruá está atenta e já disse um NÃO CONTUNDENTE À EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NAQUELA REGIÃO que é simplesmente um dos maiores nascedouros de rios que abastecem a maior reserva de água doce de superfície do mundo, a bacia Amazônica.

Para quem preconceituosamente insiste em afirmar que os povos indígenas são contra o progresso, a presença e participação ativa de diversos seguimentos da sociedade cruzeirense (e acreana) serviu para provar que a exploração de petróleo e gás naquela região é indesejada pela maioria da população que sabe e tem plena consciência dos riscos e prejuízos. A população do Vale do Juruá denunciou também o estado de abandono da região e a necessidade de se tratar os problemas e apresentar soluções sem politicagens e sem que o movimento social seja vinculado a qualquer partido político.

Para quem insiste em dizer que o Cimi coloca na boca dos povos indígenas palavras que estes não falaram, a mobilização foi um momento rico para que os povos indígenas pudessem falar a verdade do que realmente pensam. Além dos povos indígenas, a sociedade e os movimentos sociais e pastorais da Diocese de Cruzeiro do Sul, deram um show de cidadania e consciência. Este blog, mais uma vez, parabeniza a cada uma e cada um que compareceu ao ato e que está firme no propósito de defender a vida antes de tudo.

Parabéns ao povo do Vale do Juruá !!!!

**Em memória de Iza Quadros**

SÍTIO CIMI, 06.05.2014



Morreu na tarde de ontem (5) Iza quadros. Iza era natural de Carutapera (MA), onde foi uma pessoa muito conhecida e querida. Iza, junto com outros companheiros, ajudou a fundar e fomentou por muitos anos os grupos de jovens, foi professora. No início dos anos 90, Iza pediu uma licença sem vencimentos da função de professora que exercia pelo estado e foi para o Xingu, fazer uma experiência junto aos povos indígenas. Desenvolveu um trabalho de fronteira junto aos indígenas Kayapó e Arara no Pará, como missionária do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Norte II. Foi por intermédio da Iza que se criou a importância desse trabalho de fronteira com a questão indígena, tendo influenciado outros jovens em Carutapera para a missão, estando hoje 4 pessoas no Cimi trabalhando com povos indígenas no Maranhão e no Pará.

Em 1997 Iza retomou sua função como professora concursada e veio morar em São Luís, onde devido a experiência adquirida com os indígenas, assumiu a supervisão escolar indígena no Maranhão, permanecendo na função até se afastar para tratar a doença que causou sua morte.

O Cimi vem a público relembrar da importância do pioneirismo da Iza como carutaperense na missão junto aos povos indígenas. Agradecer pelo seu empenho e compromisso nesse trabalho pelo Cimi e em favor da causa indígena.

Se congratula com os seus familiares e seus amigos nessa hora de despedida.

Rosana Diniz  
São Luís, 05.05.2014  
Cimi- Regional Maranhão